



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

FABERLÂNDIA VITORIA MOREIRA ROCHA E
ISABELLA EMÍLIA ALVES DE SOUZA

**DESAFIOS NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR: AUSÊNCIA DE
FORMAÇÃO PARA MONITORES**

MARIANA, MG
2025

FABERLÂNDIA VITORIA MOREIRA ROCHA E
ISABELLA EMÍLIA ALVES DE SOUZA

**DESAFIOS NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR: AUSÊNCIA DE
FORMAÇÃO PARA MONITORES**

Trabalho de Conclusão de Curso – artigo,
apresentado como requisito parcial para aprovação na
disciplina de Seminário VII: Conclusão de curso. Ao
Prof. Dr. Erisvaldo Pereira Dos Santos.
Orientadora: Profa. Dra. Aline Cristina de Souza.

MARIANA, MG

2025



FOLHA DE APROVAÇÃO

Faberlândia Vitória Moreira Rocha

Isabella Emília Alves de Souza

Desafios no processo de inclusão escolar: ausência de formação para monitores

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Pedagoga.

Aprovada em 27 de agosto de 2025

Membros da banca

Doutora Aline Cristina de Souza - Orientadora - Universidade Federal de Ouro Preto

Doutor Erisvaldo Pereira dos Santos - Universidade Federal de Ouro Preto

Aline Cristina de Souza, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 21/04/2026



Documento assinado eletronicamente por **Aline Cristina de Souza, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 21/04/2026, às 19:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1091806** e o código CRC **9CDEC2C8**.

RESUMO

A inclusão escolar busca garantir que todos os estudantes, independentemente de suas condições, tenham acesso a um ambiente educacional que favoreça seu desenvolvimento integral. No entanto, a falta de formação dos monitores, representa um desafio significativo para a efetivação dessa inclusão. Muitos monitores possuem apenas o ensino médio e não recebem capacitação contínua, o que compromete o atendimento adequado aos estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE). A ausência de profissionais qualificados impacta negativamente tanto a aprendizagem quanto a socialização desses alunos, dificultando sua participação ativa no ambiente escolar. Além disso, a falta de domínio sobre estratégias pedagógicas inclusivas limita a adaptação curricular e a aplicação de metodologias eficazes para atender à diversidade presente nas salas de aula. Este trabalho analisa as consequências da ausência de formação para monitores e propõe estratégias para aprimorar a capacitação desses profissionais, visando garantir uma educação mais acessível e equitativa para todos.

Palavras-chave: Inclusão Escolar, Educação Especial, Formação, Monitores Escolares.

ABSTRACT

School inclusion aims to ensure that all students, regardless of their conditions, have access to an educational environment that fosters their full development. However, the lack of training for school monitors presents a significant challenge to the effectiveness of this inclusion. Many monitors have only completed high school and do not receive continuous training, which compromises the proper support for students in special education (PAEE). The absence of qualified professionals negatively impacts both learning and the socialization of these students, making their active participation in the school environment more difficult. Furthermore, the lack of knowledge about inclusive pedagogical strategies limits curricular adaptation and the application of effective methodologies to meet the diversity present in classrooms. This study analyzes the consequences of the lack of training for monitors and proposes strategies to improve their qualification, ensuring a more accessible and equitable education for all.

Keywords: School Inclusion, Special Education, Training, School Monitors.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2.METODOLOGIA.....	10
3.FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
3.1. Inclusão Escolar	11
3.2 Monitor de Educação Especial	12
3.3 O impacto da ausência de formação inicial e continuada	14
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	16
4.1. Revisão Bibliográfica	16
4.1.2 Formação de monitores.....	19
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	24

1. INTRODUÇÃO

Este artigo busca investigar os desafios da inclusão escolar com foco na formação dos monitores escolares. A inclusão educacional é um direito garantido por políticas públicas, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), mas ainda enfrenta obstáculos significativos em sua implementação. Essas normativas asseguram que os alunos com deficiência tenham acesso ao currículo comum e suporte adequado para sua plena participação no ambiente escolar. No entanto, apesar dessas diretrizes, a concretização efetiva desse direito é limitada, principalmente devido à formação insuficiente dos profissionais que desempenham um papel crucial na inclusão: os monitores¹.

O trabalho dos monitores escolares é essencial para a inclusão escolar, o acompanhamento das atividades escolares e o apoio emocional dos alunos com deficiência. Contudo, a falta de formação específica e contínua compromete a qualidade desse apoio, criando um ambiente escolar que não favorece a verdadeira inclusão. Neste estudo nos atentaremos a figura do monitor, observa-se a carência de formação específica por parte destes profissionais, o que representa um obstáculo evidente nesse processo, enfraquecendo a mediação entre os conteúdos e os alunos, além de dificultar a construção de propostas pedagógicas ajustadas às suas necessidades (Lopes; Mendes, 2023).

A Educação Especial desempenha um papel fundamental na compreensão das diferentes formas de aprendizagem e na promoção da inclusão de estudantes com deficiência. Seu objetivo é garantir o acesso a uma educação de qualidade, permitindo que todos os alunos tenham oportunidades de desenvolvimento, conforme os princípios da equidade e da diversidade defendidos por Mantoan (2015) e reafirmados pelas diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Nas experiências cotidianas das escolas, é possível perceber que a inclusão não se resume à presença física dos estudantes com deficiência em sala de aula, mas sim na participação efetiva, no entanto, faz-se necessário um planejamento pedagógico cuidadoso, recursos acessíveis e a atuação de profissionais devidamente preparados, especialmente os que acompanham diretamente o público-alvo da Educação Especial (PAEE).

¹ A nomenclatura no Brasil se diversifica frente ao profissional que atua acompanhando o estudante com deficiência, podendo ser: profissional de apoio, monitor e/ou cuidador. Neste estudo, delimitamos como usual a palavra monitor. delimitamos como usual a palavra monitor.

Nesta perspectiva, Lopes e Mendes (2023) destacam que a formação dos monitores deve ser constante e de qualidade, a fim de evitar que a falta de capacitação resulte em práticas pedagógicas excludentes, que não atendem adequadamente às necessidades dos alunos com deficiência. Diante do exposto, a pergunta do estudo é: Quais formações estão sendo realizadas para monitores que atuam junto ao público-alvo da educação especial?

As hipóteses levantadas são: 1) as lacunas formativas são inúmeras, uma vez que não se tem formação inicial e continuada direcionada a este público; 2) as poucas formações iniciais e continuadas não contemplam o cenário educacional como um todo; 3) falta um entendimento em torno da função exercida pelo monitor, o que corrobora para o desafio formativo.

Para tanto, tem-se como objetivo identificar, com base em pesquisas acadêmicas, quais formações continuadas estão sendo ofertadas para monitores que atuam com junto ao público-alvo da educação especial.

Os objetivos específicos são: 1) Caracterizar o papel do monitor na atuação junto ao público-alvo da educação especial; 2) Identificar as formações continuadas realizadas para monitores que atuam junto ao público-alvo da educação especial; e, 3) Compreender desafios e/ou lacunas existentes nas formações continuadas que implicam na atuação do monitor.

A justificativa para este estudo encontra fundamento na urgente necessidade de aprimorar as práticas de inclusão escolar, especialmente no que se refere à atuação dos monitores que acompanham os estudantes público-alvo da educação especial (PAEE). Embora a legislação brasileira avance na direção da inclusão, como evidenciam a LBI (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), há um descompasso entre o que está previsto nos documentos oficiais e o que se concretiza no cotidiano das escolas públicas.

O trabalho dos monitores escolares tem impacto direto na permanência e na participação dos estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento ou altas habilidades nas atividades escolares. No entanto, a falta de preparo para lidar com essas demandas específicas revela uma lacuna estrutural no sistema educacional, que ainda não os reconhece como parte integrante das políticas de formação e valorização profissional.

A justificativa deste estudo está relacionada à pouca visibilidade dada ao trabalho dos monitores no campo da Educação Especial. São raras as pesquisas que abordam de forma crítica suas atribuições e que reconhecem a formação como um elemento central para o exercício qualificado dessa função. Ao trazer essa discussão, a pesquisa propõe ampliar o debate acadêmico e institucional sobre práticas de inclusão.

A ausência de políticas públicas voltadas à formação específica para esses profissionais

também reforça a urgência desta investigação. Contratados, muitas vezes, sem critérios claros de qualificação e sem respaldo técnico para suas atribuições, os monitores são inseridos nas rotinas escolares de maneira improvisada, o que afeta diretamente a qualidade do acompanhamento oferecido aos estudantes.

Outro fator que sustenta a relevância desta pesquisa é a possibilidade de identificar experiências que contribuam para enfrentar as lacunas formativas dos monitores. A partir da análise de propostas institucionais, iniciativas intersetoriais e ações formativas já implementadas, busca-se colaborar com a construção de diretrizes que reconheçam esses profissionais como parte integrante do processo pedagógico. A investigação também se insere no esforço de qualificar o debate sobre inclusão escolar nas redes públicas. Ao evidenciar, com base em práticas concretas, a importância da formação dos monitores, o estudo oferece subsídios para que gestores, professores e formuladores de políticas públicas possam repensar estratégias de formação e reorganização do trabalho pedagógico.

Por fim, esta pesquisa se alinha ao compromisso ético e social da Educação com a superação das desigualdades que ainda atravessam a vida escolar dos alunos com deficiência. Ao dar centralidade à atuação dos monitores, o estudo reafirma a necessidade de uma escola comprometida com a inclusão em todas as suas dimensões: humana, estrutural, formativa e relacional.

2.METODOLOGIA

Este trabalho se insere no campo discursivo da Educação Especial, que busca identificar produções acadêmicas sobre a formação de monitores para a inclusão escolar. Essa abordagem permite identificar contribuições teóricas e práticas já discutidas na área, além de evidenciar lacunas na pesquisa sobre inclusão educacional. A análise se concentrará na revisão de artigos, dissertações e teses publicadas nos últimos anos, fundamentais para compreender as evoluções e desafios nesse campo de estudo. Trata-se, portanto, de uma revisão bibliográfica, conforme propõe Gil (2019), que considera esse tipo de pesquisa adequada para examinar, sistematizar e discutir o conhecimento já produzido sobre um determinado tema.

A coleta de dados será realizada em bases acadêmicas reconhecidas, como Scielo, Periódicos CAPES e Banco de Dados de Teses e Dissertações (BDTD), priorizando estudos que discutam a formação de monitores e sua relação com a Educação Especial. O recorte datado corresponde de 2015 a 2025, sendo então os últimos 10 anos – ele se fundamenta no período de efetivação de políticas públicas inclusivas e na entrada mais consolidada de estudantes com deficiência na escola regular comum.

Os descritores estabelecidos para a pesquisa foram:

- Monitores de Educação Especial;
- Monitores x Deficiência;
- Formação x Monitores x Educação Especial;
- Formação inicial x Monitores x Educação Especial;
- Papel x Monitor x Educação Especial.

Os critérios para seleção e inclusão de estudos foram: 1) ser estudo científico (artigo, tese ou dissertação) no período delimitado; 2) estar em Língua Portuguesa; 3) abordar a temática indicada. Enquanto que os critérios de exclusão foram: 1) ser estudo científico (artigo, tese ou dissertação), mas não estar no período delimitado; 2) não estar em Língua Portuguesa; 3) não abordar a temática indicada.

Os documentos foram selecionados a partir de leitura dos títulos, leitura de resumos e, consequentemente, leitura do texto completo. A análise de dados se deu a partir de categorias temáticas, sob a luz teórica de Laurence Bardin (2011), a qual consiste em um conjunto de técnicas de análise de comunicação, permitindo a interpretação e a categorização das informações coletadas. Essa abordagem possibilita uma compreensão mais profunda dos dados, identificando padrões e temas relevantes que surgem dos arquivos selecionados.

3.FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Serão apresentados, abaixo, elementos que fundamentam a perspectiva discursiva teórica deste estudo, a saber: 1) Monitor de Educação Especial; 2) O impacto da ausência de formação inicial e continuada.

3.1. Inclusão Escolar

A inclusão escolar vem se constituindo ao longo das três últimas décadas, trazendo imbricado a inserção de indivíduos diagnosticados com alguma deficiência ou transtorno, além de altas/habilidades e superdotação no âmbito educacional. Foi a partir dos anos 1950, mais especificamente no ano de 1957, que o atendimento educacional aos indivíduos que apresentavam deficiência foi assumido explicitamente pelo governo federal em âmbito nacional com a criação de campanhas voltadas especificamente para este fim (Mendes, 1995, 2006).

A partir do final dos anos 1960, e de modo mais destacado nos anos 1970, as reformas educacionais alcançaram a área de educação especial sob a égide dos discursos da normalização e da integração. A Educação Especial constou como área prioritária nos planos setoriais de educação, após a Emenda constitucional de 1978 e a Lei nº. 5692/71, de reforma do 1º e 2º graus, e foi contemplada com a edição de normas e planos políticos de âmbito nacional: as definições do Conselho Federal de Educação sobre a educação escolar dos excepcionais, as resoluções dos Conselhos Estaduais de Educação sobre diretrizes de Educação Especial, a criação dos setores de Educação Especial nos sistemas de ensino, a criação das carreiras especializadas na educação escolar e também no campo de reabilitação (a constituição das equipes de reabilitação/educação especial) (FERREIRA, 2006, p. 87).

No entanto, o grande marcador temporal para a área foi a década de 1990, a partir de encontros internacionais, como em Salamanca, no qual o Brasil por meio da Declaração de Salamanca (1994) se compromete a assegurar que toda criança tem direito a educação e possui características e necessidades únicas e, para isso, a escola deve atender esta ampla diversidade de singularidades. Em meados da década de 90 ocorre, então, a ruptura no pensamento de que o indivíduo deveria se adaptar a sociedade, e inicia-se um movimento na direção contrária onde a sociedade se torna mais atenta a diversidade e busca se adaptar para atender às necessidades de todos. Assim, em 1996 entra em vigor a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) indica: “o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: (...) III – “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais,

preferencialmente na rede regular de ensino.”

Neste contexto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (1996), institui como modo obrigatório a matrícula na rede regular de ensino e o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Desse modo, o movimento de inclusão busca além da inserção no ambiente escolar, oferecer respaldo ao alunado de modo especializado, sem retirá-lo da sala de aula, haja vista que o AEE deve ser ofertado no contraturno.

Somado a isso, muitos outros documentos legais foram elaborados para legitimar e garantir os direitos da pessoa com deficiência no Brasil. A Política Nacional Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), define o processo inclusivo como um movimento mundial, no qual configura-se como uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (Brasil, 2008).

É a partir deste cenário que a inclusão escolar se consolida, com a criação de propostas estratégias, qualificação profissional, recursos e metodologias diversas. É também nesta configuração escolar que surgem demandas de suporte frente as necessidades apresentadas por estudantes com deficiência, como por exemplo, de monitores que auxiliarão no processo educacional do aluno, seja na alimentação, vestuário, higiene, locomoção, seja no suporte intensivo de interação e, em alguns casos, em aspectos pedagógicos (na busca por dialogar com o professor de sala de aula).

3.2 Monitor de Educação Especial

O monitor de Educação Especial também conhecido como profissional de apoio e/ou cuidador, atua junto ao estudante com deficiência. A legislação brasileira o intitula profissional de apoio, no entanto, a extensão territorial do país atrelada a diversidade de entendimento das políticas e sua real efetivação, diferem quanto a nomenclatura, porém a atribuição é a mesma.

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), delimita-se:

profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas,

excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas (Brasil, 2015, p.2).

Portanto, o monitor escolar atua como elo entre o aluno público-alvo da educação especial e os diversos atores do ambiente escolar. Sua presença é essencial para assegurar os cuidados necessários e auxiliar na superação de barreiras. Este profissional não desempenha funções pedagógicas junto ao estudante, uma vez que é um profissional de nível médio, sem formação acadêmica para tal. O cotidiano escolar mostra que os monitores atuam de forma próxima aos estudantes, acompanhando suas dificuldades, avanços e relações interpessoais. Essa proximidade permite ao monitor oferecer suporte emocional e favorecer a construção de vínculos, especialmente com alunos que apresentam resistência ou dificuldades de socialização (Mendes, 2010).

O papel do monitor também envolve mediação de interações sociais entre os alunos, sendo responsável por estimular a participação em atividades coletivas e prevenir situações de isolamento. Em muitos casos, ele é a ponte entre o aluno com deficiência e seus colegas, promovendo trocas que valorizam a convivência com a diversidade (Florêncio; Costa, 2023). Diante disso, faz-se necessário ouvir com atenção e observar o comportamento dos alunos. Essas práticas ajudam a identificar sinais de desânimo, exclusão ou dificuldades de participação, permitindo que o monitor contribua com informações importantes para o planejamento das atividades junto à equipe pedagógica (Guimarães et al., 2023).

A ausência de delimitação clara das funções atribuídas ao monitor ainda é um desafio. Em muitas redes de ensino, esse profissional é inserido sem orientação adequada, sendo designado para atividades que não condizem com sua função original, o que compromete a efetividade da inclusão (Barbosa; Júnior, 2020). Observa-se discrepâncias quanto a essas funções, de acordo com a legislação esse profissional não atua em caráter pedagógico, uma vez que não possui formação acadêmica direcionada para tal, porém, muitos monitores trabalham sim o pedagógico junto ao aluno acompanhado. Outro ponto observado em não conformidade com a legislação é a presença do monitor dentro de sala de aula, em muitos locais o profissional tem que estar do lado de fora da sala e somente auxiliar nas atividades externas, como levar ao banheiro, porém, muitos monitores permanecem em sala de aula ao lado do estudante.

A contratação do monitor pode acontecer por diferentes formas, como concurso, empresas terceirizadas – pode ser pela demanda apresentada pelo município/estado ou via judicialização (movida pela família do estudante). Isso acarreta em diferentes barreiras no processo de acompanhamento, como a não preparação para tal atuação, com ausência

significativa de formação inicial e continuada para lidar com o estudante, alta rotatividade de profissionais e, conseqüentemente, o não estabelecimento de vínculo junto ao estudante, baixa remuneração, dentre outros aspectos (Lopes; Mendes, 2023).

Ainda que não conte com uma formação estruturada, espera-se do monitor uma atuação pautada pela ética, empatia e disposição para o trabalho coletivo. Sua presença deve refletir o reconhecimento das diferenças, o respeito aos ritmos de aprendizagem e o cuidado com a identidade dos estudantes (Hall, 2006). O monitor escolar exerce um papel essencial na democratização e equidade dentro da escola, ao ouvir as demandas dos alunos e mediar suas relações, fortalecendo o sentimento de pertencimento. Quando há respaldo institucional e clareza nas atribuições, o monitor atua com mais segurança e cria vínculos sólidos com a equipe pedagógica. Sua contribuição, ainda que discreta, é decisiva para a permanência e sucesso escolar dos estudantes, ao apoiar a compreensão de comandos, a organização e a manutenção da atenção, favorecendo assim o processo de aprendizagem (Goes; Matos, 2021; Barca et al., 2023; Rossato; Martínez, 2023).

Diante disso, valorizar as atribuições do monitor escolar implica reconhecer a complexidade que envolve o processo de inclusão. Sua atuação diária, marcada pela atenção e disponibilidade, contribui para que os estudantes com deficiência não apenas frequentem o ambiente escolar, mas sejam efetivamente inseridos nas interações e nas experiências de aprendizagem promovidas pela escola.

3.3 O impacto da ausência de formação inicial e continuada

A ausência de formação específica para monitores escolares gera impactos no processo de inclusão, especialmente no manejo e execução de tarefas junto ao estudante. Quando o profissional não compreende as necessidades do estudante PAEE, a tendência a reproduzir práticas padronizadas e ineficazes são muito mais significativas (Mantoan, 2018). Nesta perspectiva, entende-se que monitores que não possuem conhecimento teórico e prático sobre as deficiências acabam atuando de forma improvisada, o que prejudica a mediação nos mais diferentes segmentos dentro da instituição (Guimarães et al., 2023).

A ausência de preparo adequado por parte do monitor escolar também afeta diretamente a permanência e o envolvimento dos estudantes com deficiências. Quando suas singularidades não são acolhidas por uma mediação sensível, esses alunos tendem a se isolar das interações cotidianas e a demonstrar desinteresse pelas atividades escolares (Carneiro et al., 2021). A exclusão velada se faz visível, muitas vezes, pela presença física do aluno na sala de aula, mas com ausência efetiva de participação. A falta de formação do monitor contribui para que

práticas de contenção substituam estratégias de desenvolvimento, silenciando o potencial do estudante (Mendes, 2010).

Monitores sem formação adequada não dominam os princípios da comunicação alternativa, tampouco conhecem os recursos que favorecem a participação dos alunos com comprometimentos de linguagem, o que gera rupturas na interação e dificulta a construção do aprendizado compartilhado (Santos et al., 2023). Quando a mediação não é feita de forma intencional e consciente, o monitor tende a assumir uma postura assistencialista, muitas vezes realizando as atividades no lugar do aluno. Isso prejudica o desenvolvimento da autonomia, valor central no paradigma da inclusão escolar (Mantoan, 2015).

A formação insuficiente dos monitores impacta diretamente o clima escolar. Quando esses profissionais não se sentem preparados aumentam os episódios de tensão, os conflitos interpessoais e o desgaste nas relações com a equipe docente, o que dificulta a cooperação e o trabalho pedagógico conjunto (Barca et al., 2023). Outro impacto notável é a invisibilização do estudante PAEE diante da ausência de estratégias eficazes de participação (Florêncio; Costa, 2023).

A ausência de formação específica repercute também na saúde emocional dos monitores escolares. Muitos expressam sentimento de insegurança, frustração e esgotamento diante das exigências diárias, agravadas pela falta de preparo técnico e pela escassez de apoio por parte da gestão escolar (Goes; Matos, 2021). A inexistência de espaços formativos contínuos compromete a compreensão, por parte dos monitores, do papel social e educativo que desempenham. Sem essa base, sua atuação tende a ocorrer de forma improvisada, o que contribui para a reprodução de posturas excludentes dentro do cotidiano escolar (Rodrigues; França, 2024). Sem formação continuada, os monitores tendem a repetir práticas excludentes, ainda que de forma não intencional. Atitudes como isolar o aluno, infantilizá-lo ou impedir sua autonomia são observadas quando não há clareza sobre os fundamentos éticos e pedagógicos da inclusão (Gonçalves; Silva, 1998).

Os impactos também alcançam o planejamento escolar coletivo. Monitores despreparados não conseguem participar efetivamente das discussões pedagógicas, perdendo a chance de contribuir com observações importantes sobre as trajetórias dos alunos PAEE (Miyashiro et al., 2024). Essa desarticulação repercute na fragmentação das ações inclusivas e na sobrecarga dos professores, que muitas vezes não recebem o apoio esperado. A colaboração entre os profissionais depende da confiança e da competência técnica que só podem ser desenvolvidas por meio de formação (Carvalho; Assis, 2022).

Na ausência de formação específica, o monitor escolar tende a não reconhecer seu papel

como agente de transformação no contexto da inclusão. A limitação de repertório teórico e político dificulta o enfrentamento das desigualdades educacionais, restringindo sua atuação a funções operacionais, como a vigilância e o controle de comportamento (Rossato; Martínez, 2023). Portanto, compreende-se que a carência de formação qualificada compromete diretamente o direito à educação inclusiva, prejudicando o acesso, a permanência e os processos de aprendizagem dos estudantes do público-alvo da Educação Especial. Para que a inclusão se concretize no cotidiano escolar, é indispensável que os monitores sejam valorizados, formados e inseridos de maneira efetiva nas práticas pedagógicas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Serão apresentados abaixo, os principais resultados obtidos por meio da revisão bibliográfica, seguida da análise dos dados encontrados.

4.1. Revisão Bibliográfica

A revisão bibliográfica ocorreu no período de 2015 a 2025, a partir das bases de dados Scielo, Periódicos Capes e Banco de Dados de Teses e Dissertações (BDTD). Os principais resultados obtidos estão descritos nas tabelas abaixo.

Tabela 1. Descritores por bases de dados

Descritores	Scielo	Periódicos Capes	BDTD
Monitores de Educação Especial	00	18	725
Monitores X Deficiência	00	12	630
Formação X Monitores X Educação Especial	00	08	271
Formação inicial x Monitores x Educação Especial	00	00	53
Papel x Monitor x Educação Especial	00	00	145

Fonte: próprias autoras

Os descritores utilizados na base de dados Scielo resultou em um quantitativo nulo. Enquanto que no Portal de Periódicos Capes, os descritores foram contemplados com números significativos, que serão detalhados mais abaixo, porém, o descritor “*monitor x deficiência*” no Periódicos Capes resultou em 12 artigos, no entanto, nenhum deles estava voltado para a educação básica, todos estavam para o ensino superior e tecnológico, não sendo selecionado nenhum.

O BDTD encontrou 725 documentos no primeiro descritor “monitores de Educação

Especial” – sendo 524 teses e 201 dissertações. Enquanto que o segundo descritor contemplo 630 documentos – destes 442 eram teses e 188 dissertações. O terceiro descritor “formação x monitores x educação especial” apresentou 271 arquivos, sendo 192 teses e 79 dissertações. O quarto descritor “formação inicial x monitores x educação especial” resultou em 53 arquivos, destes a grande maioria estava direcionado a monitoria no ensino superior, não estando de acordo com a temática. Por fim, o último descritor “papel x monitor x educação especial” apresentou 145 estudos.

A primeira seleção de documentos partiu da leitura dos títulos, os documentos não contemplavam a temática explorada eram automaticamente excluídos. A tabela 2 apresenta o quantitativo de arquivos que foram selecionados após essa primeira filtragem.

Tabela 2. Seleção de documentos por títulos

Descritores	SciELO	Periódicos Capes	BDTD
Monitores de Educação Especial	00	02	05
Monitores X Deficiência	00	00	02
Formação X Monitores X Educação Especial	00	02	01
Formação inicial x Monitores x Educação Especial	00	00	00
Papel x Monitor x Educação Especial	00	00	02

Fonte: próprias autoras

A seleção dos documentos a partir da leitura dos títulos resultou em uma filtragem muito mais significativa, com o afunilamento dos estudos para a temática explorada, sendo descartados arquivos que estavam com palavras-chave como as citadas na tabela, mas que se direcionavam para outras temáticas que não a da Educação Especial ou de monitores de pessoas com deficiência.

No Portal de Periódicos Capes foram selecionados quatro estudos, no entanto eles estavam duplicados, apareciam para descritores diferentes, portanto, apenas dois estudos foram selecionados. Enquanto que no BDTD os números caíram drasticamente, a partir da seleção dos títulos, apesar de apresentarem as palavras-chave delimitadas, os títulos estavam relacionados com temas diversos, como ensino superior, famílias, monitoramento de qualidade, práticas pedagógicas, formação docente, dentre outros. Apesar de serem elementos que estão em consonância com a Educação Especial e os monitores, não se atentavam a proposta deste estudo, o que configurou na exclusão dos mesmos.

O descritor “*formação inicial x monitor x educação especial*” não encontrou nenhum

documento, o que é muito significativo se partimos da lacuna levantada de formação para este público. Em contrapartida, há que se ressaltar que muitos estudos encontrados apresentavam a discussão em torno da nomenclatura profissional de apoio e/ou cuidador, porém, optamos por não inserir, para não confundir as nomenclaturas, uma vez que a delimitada por este estudo é monitor. Diante disso, os textos selecionados pelos títulos totalizaram-se em 14, no entanto, foram separados e excluídos os duplicados, portanto, o quantitativo foi de oito (08). Consequentemente, realizou-se a leitura dos resumos, a fim de verificar se o enquadramento teórico-discursivo se encaixa na temática. A tabela 3 apresenta o quantitativo de textos selecionados a partir do resumo.

Tabela 3. Leitura dos resumos

Descritores	SciELO	Periódicos Capes	BDTD
Monitores de Educação Especial	00	02	02
Monitores X Deficiência	00	00	02
Formação X Monitores X Educação Especial	00	00	01
Formação inicial x Monitores x Educação Especial	00	00	00
Papel x Monitor x Educação Especial	00	00	01

Fonte: próprias autoras

A partir da leitura dos resumos, delimitou-se quais textos serviriam para a discussão e quais poderiam ser descartados, apenas um texto foi excluído, por indicar no título monitor, mas no resumo profissional de apoio, diante disso, o quantitativo final foi de sete textos. A tabela 4 apresenta os textos selecionados.

Tabela 4. Textos selecionados

Título	Autor (es)	Ano	Tipo de Documento
Das políticas públicas de inclusão escolar à atuação do profissional de apoio/monitor	FONSECA, Manoela	2016	Dissertação
Formação de professores e monitores de alunos com necessidades especiais	FERREIRA, Claudete Botelho	2019	Artigo
Formação de professores e monitores de Educação Especial por meio de grupos de estudos	FERREIRA, Claudete Botelho	2019	Dissertação
Mediadores escolares em formação no contexto inclusivo: da busca por conhecimento à constituição de saberes	SANTOS, Felícia Maria Pereira dos	2020	Dissertação
Formação de monitores de alunos com necessidades educacionais especiais	FERREIRA, Claudete Botelho; SELAU, Bento; BOÉSSIO, Cristina Pereira Duarte	2021	Artigo

A monitoria para crianças com necessidades específicas nos anos iniciais	SCHERNER, Luana Gabrieli	2023	Dissertação
O impacto da formação continuada de professores e monitores que atuam com crianças com deficiências em uma escola de educação infantil no município de Jaguarão – RS	NUNES, Tawanny Faria	2024	Dissertação
Formação de monitores da educação especial com base no conceito de coletividade da defectologia de Vygotsky	MENEZES, Lauriane Rodales	2024	Dissertação

Fonte: próprias autoras

A partir da tabela acima, pode-se observar que dentro do período observado tem-se dois artigos e seis dissertações de mestrado, sendo um documento de 2016, dois em 2019, um em 2020, um em 2021, um em 2023 e dois em 2024. Além disso, observa-se que uma autores predomina dentre os estudos selecionados – Claudete Botelho Ferreira, que possui artigos e dissertação de mestrado publicados na temática. A partir dos textos selecionados, delimitou-se a seguinte categoria de análise: formação de professores – desafios.

4.1.2 Formação de monitores

Como indicado anteriormente neste estudo, tem-se lacunas formativas com relação ao monitor escolar de pessoas com deficiência.

O estudo realizado por Santos (2020) teve como objetivo geral investigar os saberes produzidos pelos mediadores de alunos com deficiência inseridos em escola comum e seus efeitos para sua formação profissional. Trata-se de uma pesquisa qualitativa a partir dos pressupostos da Psicanálise, que, por meio de rodas de conversa e entrevistas, buscou investigar uma experiência de monitoria realizada com 17 estudantes da Graduação que atuaram como mediadores escolares em uma escola pública federal. Os resultados dessa investigação indicaram que a experiência da mediação escolar foi enriquecedora para a formação profissional dos participantes, pois contribuiu para a elaboração e a constituição de saberes a partir da prática e do encontro com o outro. Entretanto, muitos desafios ainda se colocam em relação à função da mediação escolar e à formação inicial na perspectiva da educação inclusiva.

Na mesma perspectiva discursiva, tem-se o estudo realizado por Nunes (2024), o qual teve por objetivo descrever e analisar os impactos de uma formação continuada ofertada para professores e monitores que atuam com crianças com deficiência. Para tanto, realizou-se uma pesquisa de intervenção qualitativa, no qual os instrumentos utilizados para coleta de dados foram: entrevista semiestruturada, rodas de formação, totalizando cinco encontros, e diários de

campo. Para análise dos dados o método utilizado foi análise textual discursiva. Os resultados das análises foram apresentados a partir de três categorias emergentes: “desafios e oportunidades na inclusão escolar: percepções, estrutura e qualidade”, “os princípios da educação inclusiva: o real e o ideal nas práticas pedagógicas” e “formação continuada e inclusão escolar: organização, engajamento e espaços de diálogo”. Os dados apontam que os profissionais ainda encontram barreiras para efetivar a inclusão no ambiente escolar, tais como infraestrutura e recursos disponibilizados, afetando também a qualidade de trabalho.

Observa-se que os dois textos estão diretamente relacionados, ambos discutem a necessidade de formação e os desafios vivenciados. Acredita-se que a carência de formação específica para os monitores escolares é um dos principais entraves para a consolidação de uma política de inclusão robusta e contínua nas escolas públicas. Ao ingressarem nas unidades de ensino, muitos desses profissionais não recebem orientação inicial ou capacitação voltada às particularidades do trabalho com estudantes com deficiência. Embora integrem o cotidiano escolar, os monitores ainda são frequentemente excluídos das ações formativas promovidas pelas redes de ensino. Sua participação em jornadas pedagógicas, momentos de planejamento e espaços de reflexão sobre a inclusão é limitada, o que revela uma separação entre os saberes reconhecidos como docentes e aqueles construídos na prática do apoio educacional (Lopes; Mendes, 2023).

Da mesma forma, o estudo de Menezes (2024) teve como objetivo estudar o potencial e os limites dos grupos de estudos, desenvolvidos na perspectiva do trabalho colaborativo, para a formação de professores e monitores de alunos com necessidades educacionais especiais, tendo como base teórica para a formação, a defectologia de Vygotski. Realizou uma formação pedagógica junto a seis professores e quatro monitores, a coleta dos dados contemplou entrevistas semiestruturadas, observações e análise documental. O tratamento de dados foi feito por meio da análise textual discursiva. Os resultados delimitaram uma categoria - “Os grupos de estudo e seu potencial no processo de formação”. Essa categoria originou quatro subcategorias: As discussões sobre o processo inclusivo; Desafios; Limites de um processo de formação colaborativa; Avaliação da formação. A pesquisa mostrou que há a necessidade de promover espaços de formação que atendam às necessidades educacionais, que o estudo e a pesquisa devem ser inerentes à atividade docente e que, tanto professores quanto monitores, precisam realizar esse processo juntos, com a participação efetiva do professor de Atendimento Educacional Especializado. A formação, por meio de grupos de estudos, favorece o diálogo, a troca, a possibilidade de rever conceitos e concepções e o aprimoramento das práticas escolares e, por conseguinte, contribuir para o crescimento do grupo.

O estudo citado acima descreve a relevância de formar os monitores e estar em contato e discussão com outros profissionais que atuam junto ao estudantes público-alvo da educação especial, no caso, docentes. A perspectiva colaborativa e dialógica, com trocas de experiências e perspectivas auxiliar no processo formativo.

Nesta linha de raciocínio tem-se outro texto selecionado na revisão bibliográfica, o de Fonseca (2016), no qual a autora teve como objetivo conhecer como ocorre a atuação do profissional de apoio/monitor no contexto de uma escola da rede privada de ensino do município de Santa Maria. O instrumento metodológico utilizado foi a entrevista semiestruturada, na qual participaram cinco profissionais de apoio/monitores e uma professora da educação especial. Dois grandes eixos conduziram as análises: possibilidades de atuação e as concepções sobre o profissional de apoio/monitor no contexto escolar. Dentre as evidências, destaca-se a preferência que a escola tem por profissionais vinculados ao campo da educação especial para atuarem como profissionais de apoio/monitores, bem como um entendimento de que estes devem atuar pedagogicamente com os alunos público-alvo da educação especial matriculados na rede regular de ensino. Entre as funções exercidas estão a realização do Atendimento Educacional Especializado, verificação de planejamentos e avaliações e aplicação dos mesmos. Os sujeitos da pesquisa reconhecem que sua atuação profissional está além das funções específicas de apoio à higiene, locomoção e alimentação, assumindo responsabilidades que extrapolam o que é previsto nas políticas públicas de inclusão escolar. Observa-se que trabalhar como profissional de apoio/monitor não envolve profissão regulamentada e não constitui um campo de saber específico, mas sim uma função dentro do contexto escolar, podendo esta ser exercida por profissionais de diferentes áreas.

A legislação educacional brasileira avançou no reconhecimento do direito à inclusão, mas pouco evoluiu no detalhamento das atribuições e da formação necessária para os monitores escolares, uma vez que o crescimento por tal profissional tem sido observado com maior ênfase nos últimos 10 anos. Isso contribui para a manutenção de lacunas formativas e para a naturalização da ausência de políticas específicas voltadas a esses profissionais (Andrade, 2023).

A falta de formação não se refere apenas à ausência de cursos, mas à ausência de reconhecimento institucional da função formativa do monitor. É comum que esses profissionais sejam contratados por meio de editais genéricos, com exigências mínimas de escolaridade, desconsiderando-se a complexidade da atuação em contextos inclusivos (Barbosa; Júnior, 2020). Estudos apontam que a desvalorização profissional está diretamente associada à escassez de oportunidades formativas. Quando os monitores são tratados apenas como auxiliares

operacionais, suas possibilidades de desenvolvimento são reduzidas, o que impacta também a qualidade da inclusão que ajudam a viabilizar (Florêncio; Costa, 2023). Mesmo nos contextos em que há esforços pontuais de formação, os cursos ofertados são, em geral, superficiais e desarticulados das necessidades concretas do cotidiano escolar. Falta escuta às experiências desses profissionais e adequação dos conteúdos à realidade de sua atuação (Barca et al., 2023).

Esse cenário colabora para o que foi observado na ausência de literatura quando a discussão engloba o monitor escolar, uma vez que não há delimitação de uma única nomenclatura, muito menos do entendimento sobre seu papel.

Em consonância, tem-se o estudo de Ferreira (2019), o qual consiste em um artigo científico, que teve como proposta apresentar uma abordagem sobre uma pesquisa-interventiva, a discussão pautou-se na apresentação de aspectos legais sobre inclusão, seguidos de um estudo sobre monitores escolares e a definição de atribuições destes sujeitos na escola, orientados pelos gestores da sala de aula, os professores e subsidiados pelos profissionais do atendimento educacional especializado, e em consonância com a proposta pedagógica da escola. Os resultados demonstraram que existe um não entendimento da função do monitor, seguido de responsabilidades indevidas. Além disso, a autora indica que o monitor é um profissional que tem o elo mais significativo com o estudante e, por isso, deveria ser mais valorizado.

Partindo disso, compreende-se que a inclusão escolar demanda conhecimento sobre deficiência, direitos educacionais, acessibilidade e práticas pedagógicas inclusivas. Quando os monitores não participam desses espaços formativos, sua atuação tende a ocorrer de forma desconectada do trabalho pedagógico da escola, o que fragiliza sua mediação junto aos alunos e limita os efeitos da proposta inclusiva (Guimarães et al., 2023). Acredita-se que a formação continuada, quando presente, tende a privilegiar os professores regentes, sem considerar que a inclusão depende também do preparo de toda a equipe escolar. Tal exclusão reflete uma compreensão limitada sobre o papel dos monitores no processo educativo (Miyashiro et al., 2024). Além disso, a ausência de formação específica aprofunda a desigualdade entre os profissionais da escola, pois nega ao monitor o acesso ao conhecimento sistematizado e à reflexão crítica sobre sua prática. Isso reforça um lugar de subalternidade dentro da equipe pedagógica, mesmo quando seu trabalho é essencial (Carvalho; Assis, 2022).

A falta de políticas públicas voltadas à formação dos monitores evidencia um descompasso entre os discursos sobre inclusão e a realidade enfrentada nas escolas. Embora haja avanços legislativos, o investimento em formação ainda não alcança de forma equitativa todos os profissionais que atuam no cotidiano da inclusão (Ribeiro; Silva, 2022). A falta de formação específica impacta também a saúde emocional dos monitores, que frequentemente

enfrentam situações desafiadoras sem preparo adequado. A sensação de insegurança, o receio constante de agir de forma inadequada e a sobrecarga emocional tornam-se parte do cotidiano desses profissionais (Goes; Matos, 2021). Desse modo, compreende-se a urgência em garantir programas de formação para monitores não se limita ao cumprimento de diretrizes legais. Trata-se de uma medida indispensável para assegurar o direito à educação com qualidade e equidade, considerando que o trabalho desses profissionais é parte indissociável do projeto inclusivo (Junger et al., 2023).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado permitiu compreender que a formação dos monitores escolares que atuam junto ao público-alvo da educação especial ainda é um elemento frágil nas políticas educacionais voltadas à inclusão escolar. Embora estes profissionais estejam presentes no cotidiano escolar e exerçam funções relevantes como na mediação interacional, no cuidado e no suporte emocional dos estudantes, ainda permanecem à margem dos processos formativos das redes de ensino.

A partir da revisão da literatura, foi possível observar que a ausência de formação específica compromete a qualidade da inclusão e limita o potencial de atuação desses profissionais. Somado a isso, compreende-se que a falta de preparo técnico, aliada à indefinição de atribuições e à baixa valorização institucional, contribui para práticas desarticuladas e, muitas vezes, pouco eficazes no acompanhamento dos estudantes com deficiência.

A pesquisa também demonstrou que a formação dos monitores não pode ser entendida como ação pontual ou suplementar. Trata-se de uma necessidade estrutural para o avanço de uma escola comprometida com a equidade e a sua respectiva pluralidade. A criação de percursos formativos contínuos, construídos em diálogo com a realidade das escolas, pode favorecer o fortalecimento da prática pedagógica inclusiva.

Diante do exposto, conclui-se que é urgente o reconhecimento da função educativa de monitores escolares, bem como a ampliação de políticas públicas que garantam sua formação inicial e continuada. O investimento na qualificação desses profissionais representa um passo necessário para a consolidação de práticas escolares que promovam, de fato, o direito à educação de todos os estudantes, em condições de participação e pertencimento.

A pesquisa teve como desafios a escassez de documentos, não sendo encontrados nenhum artigo na Scielo, o que diz muito sobre as produções acadêmicas. Em consonância, tem-se a dificuldade de delimitação da nomenclatura, optou-se por monitor, mas consciente de que os textos não poderiam ser encontrados, devido a utilização de outros dois termos – profissional de apoio e cuidado.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, E. Educação especial nos 25 anos da LDBEN/1996: avanços e retrocessos. **Educação (UFSM)**, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984644465673>. Acesso em: 25 jul. 2025.

BRASIL. Lei 9.394 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

_____. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008.

BARBOSA, M.; JÚNIOR, A. Políticas públicas prescritas para educação especial: é possível pensar na universalização da escolarização para todos? **Revista da Faculdade de Educação**, v. 33, n. 1, p. 119–135, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.30681/21787476.2020.33.119135>. Acesso em: 23 jul. 2025.

BARCA, A.; ALVES, D.; MARTINS, R.; GODIM, S. O atendimento educacional especializado na escola de aplicação da Universidade Federal do Pará: práticas de formação continuada. **Fórum de Pesquisa e Extensão da Escola de Aplicação da UFPA**, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/xiv-forum-de-pesquisa-e-extensao-da-escola-de-aplicacao-da-ufpa-295677.610532>. Acesso em: 26 jul. 2025.

CANDAU, V. **Abecedário de Educação e Interculturalidade**. Canal Cinead Lecav, YouTube, publicado em 23/12/17, disponível <https://www.youtube.com/watch?v=0OWPYJUaT10>. Acesso em: 9 mar. 2025

CARNEIRO, L.; SILVA, V.; FARIAS, F.; RIBEIRO, K. Desafios no processo de educação inclusiva para crianças com transtorno do espectro autista. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 13, n. 6, e7689, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.25248/reas.e7689.2021>. Acesso em: 24 jul. 2025.

CARVALHO, A.; ASSIS, R. Formação docente para a inclusão: impacto do plano nacional de educação no plano municipal. **Conjecturas**, v. 22, n. 3, p. 136–149, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.53660/conj-685-821>. Acesso em: 23 jul. 2025.

FERREIRA, N. S. A. **A pesquisa em leitura: um estudo dos resumos de dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas no Brasil, de 1980 a 1995**. Campinas: Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1999. Acesso em: 19 mar. 2025

FERREIRA, C.B. Formação de professores e monitores de alunos com necessidades educacionais especiais. **RELACult –Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v.5, ed.esp., 2019.

_____. **Formação de professores e monitores de educação especial por meio de grupos de estudos**. 2019. 137f. Dissertação (Mestrado Profissional). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pampa, Jaguarão, 2019.

FERREIRA, C.B.; SELAU, B.; BOÉSSIO, C. Formação de monitores de alunos com necessidades educacionais especiais. **Plurais - Revista Multidisciplinar**, v.6, n.2, p.179-196, 2021.

FLORÊNCIO, J.; COSTA, V. Narrativas docentes sobre inclusão escolar de estudantes em condição de deficiência. **Peer Review**, v. 5, n. 1, p. 184–204, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.53660/prw.140.uni138>. Acesso em: 27 jul. 2025.

FONSECA, M. **Das políticas públicas de inclusão escolar à atuação do profissional de apoio/monitor**. 2016. 95f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOES, N.; MATOS, R. Inclusão e saúde mental infantojuvenil na educação básica. **Interfaces Científicas – Educação**, v. 10, n. 3, p. 318–331, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2021v10n3p318-331>. Acesso em: 27 jul. 2025.

GONÇALVES, L. A. O.; SILVA, P. B. G. **O Jogo das Diferenças: O Multiculturalismo e Seus Contextos**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 1998. Acesso em: 26 jan. 2025.

GUIMARÃES, U. et al. O atendimento educacional especializado como proposta de equidade na educação. **Recima21 – Revista Científica Multidisciplinar**, v. 4, n. 8, e473661, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.47820/recima21.v4i8.3661>. Acesso em: 25 jul. 2025.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª edição. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JUNGER, A. et al. Formação continuada, tecnologias digitais e educação especial: uma necessidade favorável aos processos de ensino e aprendizagem na contemporaneidade. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, v. 16, n. 5, p. 2675–2690, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/revconv.16n.5-043>. Acesso em: 27 jul. 2025.

LAMEGO, C. R. S.; SANTOS, M. C. F. Narrativas de professores sobre preconceito e abordagens culturais na escola. **Dialogia**, São Paulo, n. 29, p. 111-121, 2018.

LOPES, M. M.; MENDES, E. G. Profissionais de apoio à inclusão escolar: quem são e o que fazem esses novos atores no cenário educacional? *Revista Brasileira de Educação*, v. 28, e280081, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782023280081>. 9 mar. 2025

LUIS, D. Review de livro: **A Identidade Cultural na Pós Modernidade** - Stuart Hall. YouTube, 06 de novembro de 2020. Disponível em: <https://youtu.be/wNNW4yIV6IQ?si=ShA6S0xp5J3jSOsX>. Acesso em: 26 jan. 2025.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** 10. ed. São Paulo: Moderna, 2015.

MANTOAN, M. Inclusão, diferença e deficiência: sentidos, deslocamentos, proposições. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 13, n. 2, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1981-0695.2018v13n2.43010>. Acesso em: 24 jul. 2025.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A escola comum como espaço de educação inclusiva: o que dizem os alunos com deficiência intelectual. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 23, n. 38, p. 343–356, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984686X4520>. Acesso em:

28 jul. 2025.

MENEZES, L.R. **Formação de monitores da educação especial com base no conceito de coletividade da defectologia de Vygotsky**. 2024. 119f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Pampa, Jaguarão, 2024.

MIYASHIRO, N.; NEVES, L.; SALERNO, M.; ROSA, M. Formação continuada em educação física inclusiva: perspectivas interseccionais. **Revista Ensino & Pesquisa**, v. 22, n. 2, p. 119–133, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.33871/23594381.2024.22.2.8210>. Acesso em: 25 jul. 2025.

NUNES, T. F. **Os impactos da formação continuada de professores e monitores que atuam com crianças com deficiência em uma escola de educação infantil no Município de Jaguarão – RS**. 2024. 258f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Pampa, Jaguarão, 2024.

POKER, R.; NASCIMENTO, B.; GIROTO, C. Inclusão e formação docente: com a palavra, os professores das salas de recursos multifuncionais. **Doxa: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, v. 21, n. 2, p. 297–313, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.30715/doxa.v21i2.13102>. Acesso em: 28 jul. 2025.

RIBEIRO, L.; SILVA, R. Empresariamento da formação docente para a educação especial. **Educação & Realidade**, v. 47, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-6236108268>. Acesso em: 23 jul. 2025.

RODRIGUES, R.; FRANÇA, M. A empatia como saber em inclusão escolar para formação continuada dos profissionais da educação especial nos IFS. **Brazilian Journal of Development**, v. 10, n. 6, e70340, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv10n6-024>. Acesso em: 23 jul. 2025.

ROMANI, S.; RAJOBAC, R. **Revista espaço acadêmico**. Passo Fundo, v. 127, p. 65-70, 2011.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. **As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação**. Diálogo Educacional. 2006. Curitiba: Editora, ano. Acesso em: 9 Mar. 2025

ROSSATO, M.; MARTÍNEZ, A. Subjetividade social da escola e os desafios à inclusão. **Revista Educação Especial**, v. 36, n. 1, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984686x84710>. Acesso em: 28 jul. 2025.

SANTOS, T. et al. A importância da qualificação docente para uma educação inclusiva na rede pública de ensino. **Revista Evidência**, v. 11, n. 2, p. 10–24, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/220687.11.2-1>. Acesso em: 28 jul. 2025.

SANTOS, F.M.P. dos. **Mediadores escolares em formação no contexto inclusivo: da busca por conhecimento à constituição de saberes**. 2020. 204f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

TAVARES, L.; OLIVEIRA, M. A formação inicial e a capacitação do professor para atuar na educação especial. **Minerva Magazine of Science**, p. 1–8, 2021. Disponível em:

<https://doi.org/10.31070/rm2021lt02>. Acesso em: 26 jul. 2025.

VIVIAN, M.; GOI, M. Formação continuada de professores: um estudo exploratório no Rio Grande do Sul. **Comunicações**, v. 28, n. 1, p. 243–260, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.15600/2238-121x/comunicacoes.v28n1p243-260>. Acesso em: 28 jul. 2025.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.